



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
PJe - Processo Judicial Eletrônico

05/08/2026

Número: **0805193-77.2019.8.10.0022**

Classe: **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível de Açailândia**

Última distribuição : **16/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 432.406,77**

Assuntos: **Levantamento de Valor**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA (EXEQUENTE)		EDMAR DE OLIVEIRA NABARRO (ADVOGADO)	
E. TODDE KANEKIYO CALIMAN EIRELI - ME (EXECUTADO)		JOAO PAULO TODDE NOGUEIRA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18709 6122	29/07/2026 12:21	EDITAL 0805193-77.2019.8.10.0022 ok	Petição

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DO MARANHÃO
2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE AÇAILÂNDIA
Avenida Edilson Caridade Ribeiro, nº. 01, Residencial Tropical, Açailândia/MA,
CEP 65.930-000

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Sr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Açailândia, Estado do Maranhão.

FAZ SABER A QUANTOS O PRESENTE VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM E INTERESSAR POSSA, com fulcro nos arts. 879 ao 903, do Novo CPC (Lei nº 13105/15), regulamentado pela Resolução CNJ 236/2016, que a Leiloeira nomeada, Conceição Maria Fixer, matriculado no JUCEMA sob n.º 029/2021, através da plataforma eletrônica www.mariafixerleiloes.com.br, devidamente homologado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, levará a público para venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

PROCESSO Nº. 0805193-77.2019.8.10.0022 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A (CNPJ: 07.237.373/0001-20) EXECUTADO: E. TODDE KANEKIYO CALIMAN EIRELI - ME (CNPJ: 26.580.270/0001-02)

DATAS: PRIMEIRO LEILÃO: 24/08/2026, com encerramento às 10:00 horas, Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site do Leiloeiro, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **SEGUNDO LEILÃO: 24/08/2026, com encerramento às 12:00 horas,** quando serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, exceto nos casos onde há reserva de quota parte do coproprietário ou determinação judicial de reserva de meação. Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais ao fechamento do leilão, serão acrescidos 03 minutos a partir do recebimento do último lance ofertado para o término do leilão.

LOCAL: O leilão será realizado na modalidade ELETRÔNICA através do site www.mariafixerleiloes.com.br.

REPASSE: Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados novamente em “repasse”, por um período adicional de 1 (uma) hora, com abertura em até 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasse)



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DO MARANHÃO
2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE AÇAILÂNDIA

Avenida Edilson Caridade Ribeiro, nº. 01, Residencial Tropical, Açailândia/MA,
CEP 65.930-000

observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão.

***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.

DÉBITOS DA AÇÃO: R\$ 735.152,06 (setecentos e trinta e cinco mil, cento e cinquenta e dois reais e seis centavos), em 25 de setembro de 2025, de acordo com a planilha de cálculo juntada de fls. 343. A atualização dos débitos vencidos e vincendos, até a sua integral satisfação, fica a encargo do exequente disponibilizar nos autos.

DO BEM:

DESCRIÇÃO DO BEM: Uma área de terras medindo 183,50m² situado na Avenida Agenor Alves, s/nº., no Loteamento Parque da Promissão I, na cidade de Paragominas/PA, caracterizada por Quadra 03, Bloco 01, área reserva, confrontando-se pela Frente com Av. Agenor Alves; Lado Direito com o lote nº. 16; Lado Esquerdo com quem de direito; e Fundos com o lote nº. 31. **Benfeitorias:** No lote encontra-se edificado 01 (um) Prédio com 04 (quatro) pavimentos (residencial/comercial), com estrutura em alvenaria, tipo de cobertura em estrutura de madeira e telhas de barro tipo plan, piso cerâmica e paredes em alvenaria de tijolo rebocado e com acabamento em pintura acrílica, banheiros com revestimentos cerâmicos até 1,75m e acima com pintura acrílica, forro dos cômodos em gesso e portas e janelas de blindex/alumínio. Cada pavimento construído da seguinte forma: Pavimento térreo: contendo dois escritórios com cerca de 15,00m² cada em acabamento de piso cerâmico, paredes rebocadas e pintadas, portas de madeira e janelas blindex + recepção com cerca de 10,00m² em acabamento de piso cerâmico, paredes rebocadas e pintadas, portas e janelas blindex/alumínio + 02 banheiros com cerca de 7,5m² cada, sendo em ambos acabamento de piso cerâmico, paredes até 1,75m em cerâmica e acima rebocada e pintada, vaso sanitário com caixa acoplada e pia/lavatório em granito, janela blindex e porta de madeira e um hall de 5,00m² em piso cerâmico e paredes rebocada/pintada; 1º Andar: Composto por dois escritórios com cerca de 15,00m² cada em acabamento de piso cerâmico, paredes rebocadas e pintadas, portas de madeira e janelas blindex + recepção com cerca de 10,00m² em acabamento de piso cerâmico, paredes rebocadas e pintadas, portas e janelas blindex/alumínio + 02 banheiros com cerca de 7,5m² cada, sendo em ambos acabamento de piso cerâmico, paredes até 1,75m em cerâmica e acima rebocada e pintada, vaso sanitário com caixa acoplada e pia/lavatório em granito, janela blindex e porta de madeira; um hall de 5,00m² em piso cerâmico e paredes



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DO MARANHÃO
2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE AÇAILÂNDIA

**Avenida Edilson Caridade Ribeiro, nº. 01, Residencial Tropical, Açailândia/MA,
CEP 65.930-000**

rebocada/pintada e porta blindex com grade para acessar a sacada, sacada em piso cerâmico e para-peito de ferro; 2º Andar: Apartamento com sala (aproximadamente 15,00m²) em piso cerâmico com paredes rebocadas/pintadas + porta de madeira + janela blindex + porta blindex com grade para acessar a sacada, sacada (aproximadamente 6,00m²) em piso cerâmico e para-peito de ferro; cozinha (aproximadamente 10,00m²) em piso cerâmico, janela blindex, pia de granito e paredes parte em cerâmica e parte em reboco/pintada; Uma lavanderia (aproximadamente 6,00m²) em piso cerâmico, paredes rebocadas/pintadas, um tanque de dois bojos de fibra e janela blindex; Um quarto (aproximadamente 18,00m²) em piso cerâmico, paredes rebocadas/pintadas, janela blindex com grade de ferro e porta de madeira; Uma suíte (aproximadamente 12,00m²) em piso cerâmico, paredes rebocadas/pintadas, janela blindex com grade de ferro e porta de madeira; 01 banheiro suíte (aproximadamente 7,5m²) com piso cerâmico, paredes até 1,75m em cerâmica e acima rebocada e pintada, vaso sanitário com caixa acoplada e pia/lavatório em granito, janela e box blindex e porta de acesso em blindex; 01 banheiro social (aproximadamente 7,5m²) com piso cerâmico, paredes até 1,75m em cerâmica e acima rebocada e pintada, vaso sanitário com caixa acoplada e pia/lavatório em granito, janela e box blindex e porta de acesso em madeira; 01 corredor (aproximadamente 5,00m²) em piso cerâmico e paredes rebocadas/pintadas, hall (aproximadamente 4,00m²) em piso cerâmico e paredes rebocadas/pintadas. 3º Andar: Apartamento com sala (aproximadamente 15,00m²) em piso cerâmico com paredes rebocadas/pintadas + porta de madeira + janela blindex + porta blindex com grade para acessar a sacada, sacada (aproximadamente 6,00m²) em piso cerâmico e para-peito de ferro; cozinha (aproximadamente 10,00m²) em piso cerâmico, janela blindex, pia de granito e paredes parte em cerâmica e parte em reboco/pintada; Uma lavanderia (aproximadamente 6,00m²) em piso cerâmico, paredes rebocadas/pintadas, um tanque de dois bojos de fibra e janela blindex; Um quarto (aproximadamente 18,00m²) em piso cerâmico, paredes rebocadas/pintadas, janela blindex com grade de ferro e porta de madeira; Uma suíte (aproximadamente 12,00m²) em piso cerâmico, paredes rebocadas/pintadas, janela blindex com grade de ferro e porta de madeira; 01 banheiro suíte (aproximadamente 7,5m²) com piso cerâmico, paredes até 1,75m em cerâmica e acima rebocada e pintada, vaso sanitário com caixa acoplada e pia/lavatório em granito, janela e box blindex e porta de acesso em blindex; 01 banheiro social (aproximadamente 7,5m²) com piso cerâmico, paredes até 1,75m em cerâmica e acima rebocada e pintada, vaso sanitário com caixa acoplada e pia/lavatório em granito, janela e box de blindex e porta de acesso em madeira; 01 corredor (aproximadamente 5,00m²) em piso cerâmico e paredes rebocadas/pintadas, hall



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DO MARANHÃO
2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE AÇAILÂNDIA

**Avenida Edilson Caridade Ribeiro, nº. 01, Residencial Tropical, Açailândia/MA,
CEP 65.930-000**

(aproximadamente 4,00m²) em piso cerâmico e paredes rebocadas/pintadas; Área comum de acesso: Pela lateral do prédio formada por escadas de alvenarias em piso de cimento, corrimões em ferro e portão de acesso em ferro; Estacionamento/Garagem: descoberta em piso de cimento e acesso pelo portal lateral de ferro; Faxada do prédio e laterais em paredes rebocadas/pintadas e detalhes em pastilhas cerâmicas vermelhas e acesso pelo portão frontal em ferro. Com uma área total construída de 407,28m². Imóvel matriculado sob o nº. 4.450 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paragominas/PA.

AVALIAÇÃO: R\$ 1.146.016,00 (um milhão, cento e quarenta e seis mil e dezesseis reais), em 22 de fevereiro de 2023.

LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO: R\$ 573.008,00 (quinhentos e setenta e três mil e oito reais).

DEPOSITÁRIO: E. TODDE KANEKIYO CALIMAN EIRELI - ME, Rua Santa Clara, nº. 45, Vila São Francisco, Açailândia/MA.

ÔNUS: Hipoteca em favor do Banco do Nordeste do Brasil S/A. Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.

BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leilado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908 § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do C.T.N. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver.

HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

MEAÇÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DO MARANHÃO
2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE AÇAILÂNDIA

Avenida Edilson Caridade Ribeiro, nº. 01, Residencial Tropical, Açailândia/MA,
CEP 65.930-000

recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.mariafixerleiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência.** Respeitadas as regras do **DIREITO DE PREFERÊNCIA**, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, **no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados**, exercer o direito de preferência, **ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.**

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

LEILOEIRA: O Leilão estará a cargo da Leiloeira Oficial ora nomeada, CONCEIÇÃO MARIA FIXER, JUCEMA sob n.º 029/2021, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais (leiloesjudiciais.com.br).



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DO MARANHÃO
2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE AÇAILÂNDIA

**Avenida Edilson Caridade Ribeiro, nº. 01, Residencial Tropical, Açailândia/MA,
CEP 65.930-000**

COMO PARTICIPAR DO LEILÃO/VENDA: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site www.mariafixerleiloes.com.br, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site da Leiloeira Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Os licitantes deverão acompanhar a realização do Leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pela Leiloeira Oficial para ajuste de propostas, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos da Leiloeira, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

Fica a Leiloeira autorizada a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio da Leiloeira www.mariafixerleiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.

PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pela Leiloeira), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DO MARANHÃO
2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE AÇAILÂNDIA

Avenida Edilson Caridade Ribeiro, nº. 01, Residencial Tropical, Açailândia/MA,
CEP 65.930-000

PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA: O pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições:

I – O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses;

II – As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada;

III – Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

IV – Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação.

Observação: O valor mínimo da avaliação do bem para que o parcelamento seja autorizado, deverá ser de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).**

ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA: No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá **multa de 10% (dez por cento)** sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a **perda dos valores já pagos** em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. **Sobre direito de preferência – lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado de forma parcelada, o que não interfere na continuidade da disputa.**

ARREMATAÇÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exhibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DO MARANHÃO
2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE AÇAILÂNDIA

**Avenida Edilson Caridade Ribeiro, nº. 01, Residencial Tropical, Açailândia/MA,
CEP 65.930-000**

CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida à Leiloeira.

PAGAMENTO DA COMISSÃO DA LEILOEIRA: A comissão devida à Leiloeira será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 - CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, em conta fornecida via e-mail após o encerramento do leilão eletrônico. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 6º, do CPC/2015, a comissão da Leiloeira será a esta Leiloeira devida.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, a Leiloeira Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento à Leiloeira até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor da Leiloeira a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, a Leiloeira cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo.

Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DO LEILÃO MOTIVADOS POR ADJUDICAÇÃO, REMIÇÃO OU ACORDO APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:

I - Caso haja adjudicação, será devido à Leiloeira, o importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação do bem adjudicado, a ser pago pelo adjudicante.



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DO MARANHÃO
2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE AÇAILÂNDIA

**Avenida Edilson Caridade Ribeiro, nº. 01, Residencial Tropical, Açailândia/MA,
CEP 65.930-000**

II - Havendo remição ou acordo, antes da realização do leilão, será devido à Leiloeira Oficial o importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte que remiu ou que postulou o acordo.

III - Havendo acordo ou pagamento da dívida, após a realização do leilão e arrematação será devido à Leiloeira Oficial o importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pela parte executada.

Os percentuais/valores acima, serão pagos a título de ressarcimento das despesas de publicação de edital, intimação das partes, remoção, guarda e conservação dos bens, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016, valores esses a serem pagos pela parte executada.

Se o Executado pagar a dívida na forma do artigo 826 do CPC, ou ainda, celebrar acordo, deverá apresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto ao pagamento integral ou acordo, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado.

LANCES: Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados novamente em “repasse”, por um período adicional de 1 (uma) hora, com abertura 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão. Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação do seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão da Leiloeira em até 24 horas, a Leiloeira comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DO MARANHÃO
2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE AÇAILÂNDIA

**Avenida Edilson Caridade Ribeiro, nº. 01, Residencial Tropical, Açailândia/MA,
CEP 65.930-000**

VISITAÇÃO: É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado à Leiloeira a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores da Leiloeira, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal da Leiloeira, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através do email contato@mariafixerleiloes.com.br.

ARREMATACÃO: Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pela Leiloeira Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração.

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloaria e o art. 653 do Código Civil, a atuação da Leiloeira Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.

Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização desta profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO - ESTADO DO MARANHÃO
2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE AÇAILÂNDIA

Avenida Edilson Caridade Ribeiro, nº. 01, Residencial Tropical, Açailândia/MA,
CEP 65.930-000

ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o executado **E. TODDE KANEKIYO CALIMAN EIRELI – ME**, na pessoa de seu(s) representante(s) legal(is); Na qualidade de Terceiro Interessado o Sr. **EDUARDO TODDE KANEKIYO CALIMAN**, e seu cônjuge se casado for; E na qualidade de Credor/Credor Hipotecário **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A**, na pessoa de seu Representante Legal, bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se porventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015.

Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Açailândia Estado do Maranhão.

Açailândia/MA, 24 de julho de 2026.

RAFAEL FELIPE DE SOUZA LEITE
JUIZ DE DIREITO

